

1. Determinações históricas do cooperativismo recente no Brasil

Neste primeiro capítulo buscamos situar a experiência “crescente” das cooperativas de trabalho no contexto econômico, político e social em que se inserem.

O cooperativismo, a economia solidária¹ o trabalho informal, e outras formas de organização do trabalho reemergem no Brasil a partir da década de 1990, como formas de enfrentamento do desemprego estrutural que atinge, cada vez mais, os trabalhadores. O problema do desemprego não é atual, mas se agravou na contemporaneidade. O mundo do trabalho vem passando por intensas transformações que afetam as condições objetivas e subjetivas da vida do trabalhador, bem como dos grupos de trabalhadores que vêm se organizando como forma de enfrentar a crise.

Como veremos adiante, são os grupos com menos condições econômicas os mais prejudicados por estas mudanças. Conseqüente seja por opção ou forçados, inserem-se em cooperativas ou em outras formas precárias e informais de trabalho.

Estamos diante do agravamento da “questão social” que segundo PASTORINI (2004, 112 -113), configura-se como:

Um conjunto de problemas que dizem respeito à forma como os homens se organizam para produzir e reproduzir num contexto histórico determinado, que tem suas expressões na esfera da reprodução social. O núcleo central da “questão social” no capitalismo permanece intimamente articulado ao conjunto de problemas relativos à produção de mercadorias e mais valia, mas também, à reprodução das relações capitalistas. (...) A novidade da “questão social” reside na forma que ela assume a

¹ Segundo Salazar (2004), a economia solidária não se constitui num conceito preciso porém, vem sendo utilizada como uma categoria abrangente para caracterizar iniciativas emancipatórias de inserção no mundo do trabalho. Envolve o estímulo e a prática da solidariedade entre seus membros e para com a população trabalhadora, particularmente com os mais desfavorecidos. Em seus estudos Salazar (2004) cita Singer (2003) que considera que a revivência da economia solidária significa, sobretudo a volta aos princípios, a valorização da democracia e da igualdade no campo da produção, distribuição e intermediação financeira.

partir das transformações vividas no mundo capitalista em seu conjunto desde os anos 80, que produz, além de um aumento da pobreza, uma desestabilização dos trabalhadores outrora estáveis e, em decorrência, uma perda dos padrões de proteção social.

As transformações ocorridas no mundo do trabalho, com o advento das idéias neoliberais orientando as políticas econômicas e sociais, primeiro nos países centrais e depois nos países em desenvolvimento como é o caso do Brasil, contribuíram para o agravamento da questão social e influenciaram diretamente no crescimento do número de cooperativas e de outras alternativas ao desemprego. Com a precarização “novas” e “velhas” formas de trabalho são incorporadas ao dia a dia do trabalhador, como empregos temporários, terceirizados e informais. Tudo isso aliado a um corte nos gastos sociais dificultando a garantia dos direitos previstos pela Seguridade Social, na Constituição Federal de 1988.

Para a análise do contexto que envolve as mudanças de ordem política, social e econômica mundiais principalmente a partir da década de 1970 e no Brasil, com mais visibilidade, a partir da década de 1990, estaremos utilizando os estudos e contribuições elaboradas por autores como, HARVEY (2002), ANTUNES (2002), MOTA (1997) e BERINHG(2002).

1.1 Principais mudanças no mundo do trabalho e conseqüências para os trabalhadores

O modelo fordista de produção, consolidado nos países centrais após a Segunda Guerra Mundial a partir de 1945, firmemente aliado ao keynesianismo², representou a ascensão de uma série de indústrias “como

² Segundo Ademir Alves da Silva (2001:59) Keynesianismo representa as principais idéias de John Maynard Keynes cujo pensamento constituiu a referência básica para a ação dos governos principalmente nos Estados Unidos, após a Segunda Guerra Mundial. Keynes rompe com a tradição do liberalismo clássico, ao declarar que não há equilíbrio natural e automático no capitalismo. O mercado não é auto regulável. Não há igualdade entre produção e demanda, nem entre poupança e investimento. Nem toda renda é consumida, por causa da propensão capitalista à acumulação, ao entesouramento, à poupança, à preferência pela liquidez. A moeda não é meio neutro de troca, mas reserva de valor. O objetivo da economia capitalista é o lucro e a reprodução do capital, não o

as de automóveis, construção de navios, equipamentos de transporte, aço, os produtos petroquímicos, a borracha, eletrodomésticos e da construção, que se tornaram os propulsores do crescimento econômico.” (HARVEY, 2002, p. 127) Essas indústrias empregaram grande contingente de trabalhadores e contavam com efetiva participação do Estado para a garantia das políticas sociais:

O crescimento econômico da expansão de pós-guerra dependeu de uma série de compromissos e reposicionamentos por parte dos principais atores dos processos de desenvolvimento capitalista. O Estado teve de assumir novos papéis e construir novos poderes institucionais. Na medida em que a produção de massa, que envolvia pesados investimentos em capital fixo, requeria condições de demanda relativamente estáveis para ser lucrativo, o Estado se esforçava por controlar ciclos econômicos com uma combinação apropriada de políticas fiscais e monetárias. Os governos também buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção. (HARVEY, 2002, p.129)

O *fordismo/keynesianismo* como modelo de produção e mesmo de regulação do Estado foi sendo alvo de críticas, e a partir de 1973 começou a perder espaço para o que hoje chamamos de modelo de produção *toyotista* ou de acumulação flexível.

A produção *toyotista*, ou de acumulação flexível exigia do Estado medidas completamente opostas às do Estado *keynesiano*. São as medidas de cunho neoliberal, difundidas principalmente por Hayeck e Friedman e adotadas pelos governantes de Estado como Margareth Thatcher na Inglaterra, Ronald Reagan nos EUA e mais tarde no Brasil a partir de Fernando Collor de Melo, com mais visibilidade no governo de Fernando

consumo. A especulação reduz o investimento produtivo e gera desemprego. O desemprego friccional ou voluntário depende dos salários, mas o desemprego estrutural depende dos investimentos. A ação reguladora do Estado é imprescindível em face das crises do capital. E o investimento em obras públicas é uma forma de reduzir o desemprego. O Estado de Bem Estar Social é erigido sob o princípio de que os governos são responsáveis pela garantia de um mínimo padrão de vida para todos os cidadãos, como direito social. É baseado no mercado, mas com ampla interferência estatal.

Henrique Cardoso, prosseguido pelo governante atual, Luís Inácio Lula da Silva.

MOTA (1997, p.57), explica que “enquanto a grande indústria *fordista* necessitava do *keynesianismo*, a indústria de produção flexível necessita da liberdade do mercado e da abolição de parte dos controles do Estado sobre as condições de uso da força de trabalho. Essa tendência, que já se mostra na supressão de alguns mecanismos de proteção social, é corroborada pela ofensiva de mudança na legislação do trabalho”.

Dessa forma um ponto essencial do *toyotismo* é que para a efetiva flexibilização do aparato produtivo, é também imprescindível a flexibilização dos direitos dos trabalhadores. “Direitos flexíveis, de modo a dispor dessa força de trabalho em função direta das necessidades do mercado consumidor. O *toyotismo* estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratados, dependendo das condições do mercado.” (ANTUNES apud CORIAT e GOUNET, 2002, p. 36)

Segundo MOTA (1997, p. 55), “é esta **nova necessidade** do processo de acumulação do capital, uma das principais determinantes da formação de dois grandes grupos de trabalhadores: os empregados estáveis do grande capital e os trabalhadores excluídos do emprego formal e, conseqüentemente, sujeitos ao trabalho desprotegido.”

Sobre os diferentes grupos de trabalhadores que se formam sob esta nova forma de organização e gestão do trabalho, MACHADO (2003, p.170) faz algumas considerações explicando que:

De um lado estão os grupos sociais pauperizados, que são majoritários. Trata-se dos segmentos menos qualificados obrigados a se reorientarem na direção das inúmeras atividades precárias – cujo exemplo clássico é o biscateiro. Embora não estejamos propriamente diante do puro e simples desemprego, configura-se o nicho dos recursos de sobrevivência de um exército de reserva estagnado em expansão, com perspectivas cada vez mais reduzidas de reintegração econômica. (MACHADO, 2003, p.170)

Por outro lado, aponta outros dois grupos de trabalhadores com melhores condições de enfrentar as conseqüências do enxugamento de postos de trabalho provocado pela reconversão econômica.

O primeiro deles, segundo MACHADO (2003 p.170), corresponde aos “ex-assalariados que se transformam em pequenos empresários (ou trabalhadores por conta própria) ligados, na imensa maioria dos casos, ao comércio varejista e aos serviços pessoais.”

O segundo grupo de trabalhadores melhor posicionado diante das mudanças na absorção produtiva do trabalho corresponde “à pequena fração dos profissionais qualificados oriundos dos estratos médios.” MACHADO (2003, p.170)

Para TAVARES, (2004, p.145) é a terceirização que atualiza as formas modernas do trabalho informal:

A lógica do capital é privilegiar a força de trabalho qualificada porque é mais produtiva e transferem-se os menos qualificados, pertencentes às parcelas menos rentáveis da produção, para as pequenas empresas, ou para outras modalidades de trabalho, das quais o capital pode se utilizar sem manter vínculos formais, como é o caso das cooperativas e do trabalho domiciliar. Assim, o capital dispõe de um exército de reserva constantemente mobilizado, sem os custos sociais do trabalhador formal e pronto para atender às flutuações da demanda do mercado, o que lhe permite promover a necessária articulação da mais-valia relativa com a mais-valia absoluta.

Como podemos ver, dependendo do tipo de trabalhador que se considera, os efeitos sócio econômicos do processo de “informalização” do trabalho associado à reconversão econômica são muito variados.

MACHADO (2003, p.171), considera que, “embora haja aspectos positivos, pode-se também identificar claras tendências a precarização do emprego e uma generalizada instabilidade da inserção produtiva, com sérios reflexos sobre as condições de vida da maior parte dos trabalhadores”

Do ponto de vista de ANTUNES (2002), “não se pode considerar uma tendência generalizante e uníssona quando se pensa no mundo do trabalho

e sim uma processualidade contraditória e multiforme, que trouxe sérias ameaças à unidade da classe trabalhadora, que se complexificou, fragmentou e heterogeneizou” de modo que a denominação mais adequada hoje para a categoria é de ‘classe-que-vive-do-trabalho’.

Esses dados e tendências evidenciam uma nítida redução do proletariado fabril, industrial, manual, especialmente nos países de capitalismo avançado, quer em decorrência do quadro recessivo, quer em função da automação, da robótica e da microeletrônica, gerando uma monumental taxa de desemprego estrutural.

Nesse contexto, fica claro que, mesmo que existam cooperativas formadas por classes de trabalhadores mais estáveis economicamente, como é comum, por exemplo, com os profissionais de medicina, o grande contingente de trabalhadores que compõe as cooperativas de trabalho no Brasil, são do primeiro grupo citado por Machado, trabalhadores que estão mais vulneráveis frente às modificações do mercado, e que, sem muitas chances de optar, aceitam trabalhar em condições precárias e não protegidas.

Considerando as discussões em torno das transformações no mundo do trabalho, fica evidente que é crescente o número de desempregados que não encontram mais espaço no ambiente do emprego formal, que é legalmente protegido, ou, que garante alguns direitos sociais ao trabalhador como os trabalhistas e previdenciários. No Brasil dos anos noventa, assistimos a introdução com força total da terceirização³, que tornou a descentralização da produção uma forma de organização adotada por muitas empresas. Os trabalhadores “sem trabalho” acabam ocupando estes postos de trabalho informal, geralmente temporário, mas que pode lhes garantir o mínimo para a própria sobrevivência por algum período de tempo.

³Segundo Marilda Vilela Iamamoto (2002): nesta nova forma de produção as empresas se tornam enxutas: cria-se uma empresa mãe, que reúne em torno de si pequenas e médias empresas que fornecem produtos e serviços, estabelecendo-se a chamada terceirização. E as terceiras tendem, cada vez mais, a precarizar as relações de trabalho, reduzir ou eliminar direitos sociais, rebaixar salários, estabelecer contratos temporários, o que afeta profundamente as bases de defesa do trabalho conquistadas no pós-guerra.

Essa terceirização que pode ser observada através do aumento de cooperativas, assim como de trabalhadores autônomos e pequenas empresas montadas geralmente no “fundo do quintal”, é uma forma de trabalho que tem obviamente o objetivo de produzir com menos custos, preservando o lucro do capitalista. Para os trabalhadores, as perdas são inúmeras, principalmente no retrocesso de direitos que a informalidade ocasiona e no enfraquecimento dos sindicatos, dificultando sua organização.

Essa classe de trabalhadores que está fragmentada e complexificada ainda encontra muitos desafios, pois a ausência de postos de trabalho é apontada como tendência natural e o trabalhador que não encontra mais espaço no trabalho formal, é levado a acreditar que ele mesmo tem que solucionar seu problema, de preferência sem a interferência do Estado que deve ter a sua participação reduzida no que diz respeito ao enfrentamento da questão social. A lógica da empresa capitalista ainda costuma culpar os trabalhadores pela ausência de habilidades que o mercado demanda, como se as políticas de educação do país oferecessem aos trabalhadores muitas opções para formar o perfil de polivalência hoje demandado.

Com o enfraquecimento dos sindicatos, a organização de classe também fica prejudicada pela dificuldade de organização dos trabalhadores que passam do trabalho formal, para formas de trabalho geralmente informais, dentre as quais muitas vezes se inserem as falsas cooperativas, ou cooperfraudes.

Pelo que vimos, a base sob a qual são erguidas as “cooperfraudes” em nada podem contribuir para a emancipação do trabalhador. Pelo contrário, estas se constituem em mais uma forma utilizada pelo capital de exploração e expropriação de mais valia.

Podemos afirmar que essa crise em torno do trabalho é uma crise do trabalho abstrato – que segundo Marx, exprime a realização da atividade cotidiana, que sob o capitalismo assume a forma de atividade estranhada, fetichizada.

ANTUNES (2002) sugere que a superação do trabalho abstrato requer como condição o reconhecimento do papel central do trabalhador assalariado, da classe-que-vive-do-trabalho como sujeito potencialmente capaz objetiva e subjetivamente, de caminhar para além do capital.

KAMEYAMA (2004), que faz ampla reflexão sobre a esfera do trabalho ressalta que “a classe trabalhadora não deve se esquecer que as suas lutas diárias são contra os efeitos, mas não contra as causas desses efeitos. É preciso apreender o sistema atual, mesmo com todas as misérias que este impõe aos trabalhadores, engendrando as condições materiais e as formas sociais necessárias para uma nova reconstrução econômica da sociedade.”

Esta autora chama a atenção para os desafios que a classe trabalhadora encontra, pois mesmo quando consegue se organizar vem lutando contra os efeitos e não contra as causas de seus problemas. Isso porque não está claro no subjetivo dos trabalhadores, que lutas devem ser travadas, pois o discurso hegemônico defende a empregabilidade e o empreendedorismo como as soluções a serem alcançadas, o que mascara a situação real de que não existem mais postos de trabalho para todos. Este mesmo discurso confunde os trabalhadores e tem poder de conter possíveis revoltas.

Vejamos alguns aspectos da difusão das idéias neoliberais no Brasil, e como essas idéias que vêm se tornando hegemônicas, interferem no cotidiano dos trabalhadores.

1.2 Neoliberalismo e Reforma do Estado Brasileiro

Essas mudanças no mundo do trabalho têm respaldo no pensamento conhecido como neoliberalismo, que segundo THÉRET citado por DRAIBE (1993) seria “um sistema de receitas práticas para a gestão pública”.

O pensamento ou ideologia neoliberal que passou a orientar a política e a economia brasileiras a partir da década de 1990 vem sendo objeto de pesquisa de muitos estudiosos das áreas de ciência política, economia,

sociologia e de serviço social. Consideramos importante ressaltar algumas reflexões já elaboradas sobre este pensamento que tem se tornado hegemônico, mesmo sem ter uma teoria específica. Segundo DRAIBE (1993, p.88), “o neoliberalismo com que convivemos dificilmente se encarna em obras de intelectuais de reconhecida competência. (...) É antes um *discurso* e um conjunto de regras práticas de ação (ou de recomendações), particularmente referidas a governos e a reformas do Estado e das suas políticas.”

Ainda segundo DRAIBE (1993, p.86-87):

As teorizações sobre o neoliberalismo não constituem efetivamente um corpo teórico próprio, original e coerente. Essa ideologia dominante é principalmente composta por proposições práticas e, no plano conceitual, reproduz um conjunto heterogêneo, de conceitos e argumentos, “reinventando” o liberalismo, mas introduzindo formulações e propostas muito mais próximas do conservadorismo político e de uma sorte de darwinismo social distante pelo menos das vertentes liberais do século XX. Não há um corpo teórico neoliberal específico, capaz de distingui-lo de outras correntes do pensamento político. As “teorizações” que manejam os assim ditos neoliberais são geralmente emprestadas do pensamento liberal ou de conservadores e quase que se reduzem à afirmação genérica da liberdade e da primazia do Mercado sobre o Estado, do individual sobre o coletivo. E, derivadamente, do Estado Mínimo, entendido como aquele que não intervém no livre jogo dos agentes econômicos.

O neoliberalismo, ao orientar as ações na busca por uma gestão pública eficaz e eficiente preservando a primazia do mercado sobre o estado, degradou as condições de vida da maioria das classes trabalhadoras, ao reduzir o emprego e o salário e ao concentrar a renda. Além disso sucateou os serviços públicos utilizados pela população de baixa renda e criou uma cidadania desigual, reservando os serviços privados e de qualidade para a população de renda média e elevada.

BOITO JR. (2000), pesquisador que investiga a ideologia neoliberal e os aspectos que afetam os trabalhadores considera que:

O principal aspecto do neoliberalismo que afeta negativamente as classes trabalhadoras é justamente aquele que tem garantido a unidade da burguesia em torno dessa política: a desregulamentação do mercado de trabalho e a supressão e redução dos direitos sociais. As classes trabalhadoras são afetadas, também, pelo desemprego e como têm mostrado as pesquisas do Centro de Economia Industrial e do Trabalho (Cesit) da Unicamp, a política de crescimento baixo, a carência de investimentos em infraestrutura, a redução dos serviços públicos, as privatizações, o ingresso precoce de crianças no mercado de trabalho e outros fatores ligados direta ou indiretamente à política neoliberal, respondem por grande parte do desemprego dos anos 90. Tem se verificado, por fim, uma reconcentração da renda ao longo da década do neoliberalismo, provocada por inúmeros fatores também direta ou indiretamente ligados à política neoliberal – desindexação dos salários, redução relativa dos impostos diretos, desemprego, privatização etc..

Este autor se preocupa em mostrar que as medidas neoliberais afetam sim a vida do trabalhador e são também responsáveis pelo aumento do desemprego.

A partir de 1973, nos países centrais dá-se ênfase às teses neoliberais, contra a idéia de *Welfare State*. Os neoliberais culpam os sindicatos e o poder excessivo que possuem de pressionar os salários e os gastos sociais do Estado, pela crise que destrói os níveis de lucro das empresas e a inflação; ou seja, culpam o *keynesianismo* e o *Welfare State* pela crise econômica da sociedade capitalista.

BEHRING (2002, p.28), destaca quais foram as medidas tomadas pelos países centrais e posteriormente pelos países latino americanos para sair desta crise:

A fórmula neoliberal para sair da crise pode ser resumida em algumas proposições básicas: 1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de uma taxa *natural* de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos mais altos; e 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando a quebra da

vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior.

Considerando as determinações neoliberais para sair da crise, percebemos que tais medidas foram colocadas em prática no Brasil inicialmente com Fernando Collor de Melo e principalmente após a eleição de Fernando Henrique Cardoso, em 1994, que tratou de implementar uma a uma as exigências do Consenso de Washington⁴, através do Plano Diretor da Reforma do Estado dirigido por Bresser Pereira. Nos anos noventa, o que se viu acontecer no Brasil, foi o desmonte de conquistas históricas dos trabalhadores, pois o novo modo de acumulação flexível exigido para que houvesse a reestruturação produtiva estimulou o crescimento do desemprego, da informalidade e da terceirização no mundo do trabalho.

A Reforma no Aparelho do Estado Brasileiro, que começou a ser implementada em 1995, favoreceu o retrocesso de conquistas sociais e o

⁴ Consenso de Washington (João José Negrão 1998:41-43) "Em 1989, no bojo do *reaganismo* e do *tatcherismo* máximas expressões do neoliberalismo em ação, reuniram-se em Washington, convocados pelo *Institute for International Economics*, entidade de caráter privado, diversos economistas latino-americanos de perfil liberal, funcionários do Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial e Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e do governo norte-americano. O tema do encontro *Latin Americ Adjustment: Howe Much has Happened?*, visava a avaliar as reformas econômicas em curso no âmbito da América Latina. John Willianson, economista inglês e diretor do instituto promotor do encontro, foi quem alinhou os dez pontos tidos como consensuais entre os participantes. E quem cunhou a expressão "*Consenso de Washington*", através da qual ficaram conhecidas as conclusões daquele encontro, ao final resumidas nas seguintes regras universais:

1. Disciplina fiscal, através da qual o Estado deve limitar seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público;
2. Focalização dos gastos públicos em educação, saúde e infra-estrutura
3. Reforma tributária que amplie a base sobre a qual incide a carga tributário, com maior peso nos impostos indiretos e menor progressividade nos impostos diretos
4. Liberalização financeira, com o fim de restrições que impeçam instituições financeiras internacionais de atuar em igualdade com as nacionais e o afastamento do Estado do setor;
5. Taxa de câmbio competitiva;
6. Liberalização do comércio exterior, com redução de alíquotas de importação e estímulos á exportação, visando a impulsionar a globalização da economia;
7. Eliminação de restrições ao capital externo, permitindo investimento direto estrangeiro;
8. Privatização, com a venda de empresas estatais;
9. Desregulação, com redução da legislação de controle do processo econômico e das relações trabalhistas;
10. Propriedade intelectual.

aumento da informalidade, assim como a diminuição do papel do Estado, no que diz respeito a medidas sociais. **Os gastos sociais do Estado foram apontados como a causa da desestabilização democrática.**

ANDERSON (1989, p.23), considera que a “consagração do neoliberalismo como projeto ideologicamente hegemônico e politicamente legitimado como a única e possível alternativa ao capitalismo na nova ordem mundial, pretende conformar o sistema capitalista enquanto um código universal, normatizando a economia de todos os países a ele subordinados”.

Segundo BOITO JR. (2000):

O neoliberalismo logrou, a despeito do seu caráter antipopular, implantar uma nova hegemonia burguesa no Brasil, unificando o bloco no poder em torno da plataforma neoliberal e obtendo a adesão de parte dos trabalhadores às propostas de abertura comercial, de privatização e desregulamentação, que são os pilares do neoliberalismo. Trata-se de uma hegemonia que poderíamos denominar regressiva, já que não atende interesses econômicos mínimos dos trabalhadores, e que, por isso, além de gerar uma adesão superficial e muitas vezes passiva de parte dos trabalhadores, fomenta a luta e a revolta em importantes segmentos desse mesmo setor social. A hegemonia regressiva do neoliberalismo é, por isso, instável, mas tem sido suficientemente forte para possibilitar a implantação e consolidação das chamadas “reformas orientadas para o mercado”.

Não fugindo a essas regras, como já afirmamos, o Brasil no início dos anos noventa é marcado pelo acirramento da crise econômica do capitalismo, pelo dismantelamento dos modelos de acumulação baseados no *Welfare State* e pela implantação da nova política econômica baseada em conceitos liberais extremos: Estado mínimo, desregulamentação do trabalho, privatização, funcionamento do mercado sem intervenção estatal e corte nos benefícios sociais.

NETTO (1996, p. 104), lembra que:

“No Brasil não há um Welfare State a destruir; a efetividade dos direitos sociais é residual, não há gorduras nos gastos sociais de um país com os indicadores sociais que temos – indicadores absurdamente assimétricos à

capacidade industrial instalada, à produtividade do trabalho, aos níveis de desenvolvimento dos sistemas de comunicação e às efetivas demandas e possibilidades / naturais e humanas do Brasil". (grifos são nossos)

DRAIBE (1993, p.90), retoma Friedman e seus seguidores, (pensadores do neoliberalismo) que consideram que é o próprio Estado de Bem Estar Social – o sistema de políticas sociais – o responsável por muitos ou quase todos os males que nos afligem e que têm que ver com a crise econômica e o papel do Estado:

Com efeito para esses liberais o financiamento do gasto público em programas sociais trouxe as seguintes perversões: a ampliação do déficit público, a inflação, a redução da poupança privada, o desestímulo ao trabalho e à concorrência, com a conseguinte diminuição da produtividade. (...) a proposta liberal significa o corte no gasto social e a desativação dos programas sociais públicos. A ação do estado no campo social deve ater-se a programas assistenciais – auxílio à pobreza – quando necessários, de modo complementar a filantropia privada e das comunidades. Mesmo assim, os programas de auxílio à pobreza não devem ser dirigidos à grupos específicos, para não provocar distorções no mercado.

NETTO (1996) lembrou, no entanto, que o Brasil não chegou a se constituir como um estado do bem estar social, e, nesse sentido também reflete TEIXEIRA, (1996, p. 46) que: “na periferia do mundo capitalista, os ecos da ofensiva neoliberal ganham tonalidades próprias, não é propriamente o *Welfare State* que nunca tivemos, mas sua pálida versão o que precisa ser desmantelado para deixar livre o mercado”.

Uma das provas de que o pensamento neoliberal continua hegemônico no Brasil são os dados de uma pesquisa recente que mostram que foram feitos cortes nos gastos sociais nos últimos anos, e isso no governo de Lula. A conclusão faz parte de um estudo realizado pelo professor de economia da Unicamp, Márcio Pochmann, divulgado pelo jornal Folha Online:

O governo Lula reduziu os gastos sociais em R\$ 9,9 bilhões em 2004 na comparação com 2001, penúltimo ano da gestão de Fernando Henrique Cardoso. A desigualdade social foi ampliada não só pela redução dos gastos sociais mas também pela diminuição da participação do rendimento do trabalho na renda nacional. Pelos cálculos de Pochmann, R\$ 19,3 bilhões deixaram de fazer parte da massa de rendimentos de 2004 para 2001, resultado da queda do rendimento médio e da ampliação do desemprego. Ele soma a perda do rendimento do trabalho (R\$ 19,3 bilhões) com a redução do orçamento social (R\$ 9,9 bilhões) para estimar em R\$ 29,2 bilhões o montante total que deixou de ser aplicado na eliminação da desigualdade social de 2001 para 2004. "O crescimento econômico de 2004 não foi suficiente para reduzir a desigualdade social e melhorar a distribuição de renda no país. E a evolução do orçamento social não tem sido favorável à interrupção dessa situação", diz Pochmann. (FUTEMA, para o Jornal Folha Online em 15 de maio de 2005)

Pelos dados quantitativos apontados por Pochmann, podemos concluir que o governo Lula não instituiu mudanças nas medidas que começaram a ser implementadas no governo de Fernando Henrique Cardoso. Sendo assim, os trabalhadores brasileiros estão cada vez menos amparados, seja por falta de oportunidades de trabalho, seja pela ausência de investimentos em políticas sociais abrangentes e eficientes.

Todas essas medidas deixam o trabalhador cada vez mais vulnerável. Por um lado faltam empregos e por outro o gasto social foi reduzido. O que o governo incentiva através de algumas agências, é o empreendedorismo. E, há investimentos na divulgação dos trabalhos originários da economia solidária, por parte de várias agências não apenas governistas. Neste caso as cooperativas aparecem como uma forma do trabalhador sentir que está inserido na "sociedade do mercado" pelo menos economicamente. Esta é por sua vez, uma forma de conter possíveis revoltas, já que os direitos sociais e políticos de grande parte da classe trabalhadora ficam seriamente comprometidos.

BOITO JR (2000) chama nossa atenção para um aspecto importante quando lembra que:

No Brasil a política neoliberal não tem contra si um amplo e unificado movimento dos trabalhadores. Mais importante: diferentemente da Inglaterra de Margareth Thatcher, onde o neoliberalismo tinha no sindicalismo seu inimigo principal, no Brasil, desde que o neoliberalismo chegou ao poder, um setor significativo do movimento sindical aderiu a parte da plataforma neoliberal. A central Força Sindical foi criada em 1991 sob os auspícios do governo Collor e, desde então, tem apoiado as privatizações e a desregulamentação do mercado de trabalho.

A sociedade brasileira, e não apenas a classe trabalhadora foi envolvida pelo discurso neoliberal, através principalmente da mídia escrita e televisiva, de forma que não existe uma conscientização sobre as verdadeiras conseqüências que as reformas com orientação neoliberal causaram e continuam causando ao país. A classe trabalhadora no entanto, é a mais prejudicada pois as condições objetivas para sua subsistência são dificultadas e as condições subjetivas para compreender a realidade também ficam confusas. O trabalhador é bombardeado com discursos sobre o que deve fazer e continua sendo explorado nas mais variadas formas pelo capitalismo.

Considerando esses aspectos podemos sinalizar, que a possibilidade de emancipação pelo trabalho fica praticamente inviável, pois o trabalhador está cada vez mais vulnerável diante destas mudanças, aceitando por isso formas precárias de trabalho. O caminhar para a emancipação é também um caminhar para outra forma de organização da sociedade.

Não pretendemos esgotar as reflexões sobre o neoliberalismo, que pela sua complexidade não poderá ser abordado de forma aprofundada nesta dissertação pois, aqui procuramos desvendar os cenários onde se desenvolvem e estimulam as cooperativas de trabalho que, muitas vezes, surgem com outro discurso disseminando uma falsa idéia de independência e emancipação para o trabalhador.

No estado de Rondônia e na cidade de Guajará-Mirim particularmente, onde realizamos nossa pesquisa de campo, também é perceptível a pouca preocupação do Estado com os gastos sociais, ou com a implementação de

políticas sociais abrangentes. Trata-se de um Estado rico, se considerarmos as reservas minerais e vegetais da região, mas com poucas opções de trabalho e emprego e políticas sociais precárias. Diante disso, os trabalhadores precisam inventar e reinventar formas de trabalho, para garantir a própria sobrevivência. Cerca de oito entre os onze marceneiros entrevistados, deixaram evidente que a opção pela marcenaria se deu devido à falta de opções de trabalho na cidade.

Guajará-Mirim ainda sente os reflexos do Plano Real, quando viveu por um ano e meio (1995 – 1996) uma euforia econômica devido à sua inserção na Área de Livre Comércio da Amazônia, gozando da isenção de impostos. Pela equivalência do real ao dólar passou a ser posto de venda de importados atraindo muitos compradores para a região, o que gerou na cidade a criação de muitos postos de trabalho e alternativas de geração de renda. O aumento significativo de atividades na área de marcenaria também aconteceu nesta época.

Com o aumento dólar, o comércio de importados ficou inviável e grande parte dos comerciantes e trabalhadores foram prejudicados. Muitos dos marceneiros que abriram suas marcenarias naquele período vêm sentindo dificuldades em dar continuidade às suas atividades laborativas nesse ramo.